vinetur

Comissão das Finanças alemã apoia imposto para 2027 que poupa o espumante

A medida revista alarga o imposto a bebidas mistas até 15% vol., depois de ser abandonado o aumento previsto para o espumante

sexta-feira, 13 de novembro de 2026



A Comissão das Finanças da Alemanha aprovou na quinta-feira, 12 de novembro, alterações aos planos do país para os impostos especiais de consumo, apoiando uma versão alterada de um projeto de lei ligado ao orçamento de 2027 que isentaria o

espumante do aumento de imposto previsto, mas alargaria o imposto sobre alcopops a bebidas mistas com até 15% vol.

A votação na comissão fez avançar o pacote fiscal associado ao projeto de lei do orçamento federal para 2027, após uma sessão centrada nas respetivas disposições fiscais. Segundo o serviço de informação parlamentar do Bundestag, os partidos da coligação apoiaram a versão revista, enquanto os partidos da oposição AfD, Os Verdes e A Esquerda votaram contra. As alterações apresentadas pela coligação foram também rejeitadas por todas as bancadas da oposição.

As alterações aprovadas adiariam em seis meses a introdução de um imposto sobre bebidas açucaradas, transferindo o início da sua aplicação para 1 de janeiro de 2028, e introduzi-lo-iam gradualmente, em três fases. No que respeita ao álcool, a versão revista do projeto abandona o aumento previsto para o espumante. Em contrapartida, alarga o imposto sobre alcopops a uma gama mais vasta de bebidas mistas, embora a uma taxa inferior à inicialmente proposta.

O comunicado do Bundestag referiu que as novas regras para os alcopops continuariam a aumentar a carga fiscal sobre os produtos abrangidos. Deu como exemplo uma bebida mista de 0,33 litros com 10% vol., que teria um imposto adicional de cerca de 1 euro. Acrescentou ainda que 1% da receita do imposto sobre alcopops, até ao limite máximo de 1 milhão de euros, seria destinado à prevenção das dependências.

Em declarações citadas no comunicado parlamentar, a CDU/CSU afirmou que um aumento de 20% do imposto sobre o álcool a partir de janeiro de 2027 seria substancial, mas descreveu-o como o primeiro aumento do género em quase 44 anos e disse que, ainda assim, deixaria a Alemanha perto da média europeia. O bloco afirmou que especialistas em saúde também tinham recomendado impostos mais elevados. Defendeu que o aumento do imposto sobre o espumante estava a ser abandonado devido à difícil situação dos produtores de vinho alemães.

A CDU/CSU afirmou também que a taxa do imposto sobre alcopops seria reduzida em 45% face ao plano anterior, apesar do alargamento da base tributável. Segundo o partido, o âmbito mais vasto geraria ainda assim receita adicional e compensaria a decisão de não aumentar o imposto sobre o espumante. Acrescentou que parte da

receita seria utilizada na prevenção das dependências.

O SPD defendeu o pacote mais abrangente como parte de um esforço orçamental mais amplo, afirmando que a coligação tinha demonstrado ser capaz de consolidar 34 mil milhões de euros através de cortes na despesa e de receitas mais elevadas. Quanto aos impostos sobre bebidas, os deputados do SPD afirmaram que o aumento dos impostos sobre o tabaco e o álcool, juntamente com um imposto sobre o açúcar, se justificava por razões de saúde pública. Disseram que era acertado rever as propostas originais do Governo e abandonar o aumento para o espumante.

O SPD afirmou também que o mercado dos alcopops tinha mudado desde a criação do imposto e que as bebidas com maior teor alcoólico se tinham tornado muito mais comuns. Sublinhou que não haveria aumentos de impostos sobre a cerveja nem sobre o vinho. Quanto ao imposto sobre bebidas açucaradas, o partido disse que o adiamento de seis meses era importante para os fabricantes e para as autoridades aduaneiras, dando a ambos mais tempo para se prepararem. Acrescentou que a aplicação seria gradual e concebida para limitar a burocracia, e que não seriam criados postos aduaneiros adicionais para o novo imposto.

Os partidos da oposição criticaram tanto o processo como o conteúdo das alterações. A AfD criticou a apresentação tardia das propostas de alteração da coligação e afirmou que a disputa revelava divisões no seio da aliança governamental. O partido argumentou que o orçamento não estava a ser consolidado estruturalmente e disse que os custos estavam a ser transferidos através de fundos especiais e de medidas de reembolso adiadas. Afirmou ainda que o imposto sobre o tabaco acabaria por gerar menos receita, e não mais.

A proposta da AfD, rejeitada por todos os restantes grupos parlamentares, pedia ao Governo que revertesse os aumentos do imposto sobre o tabaco, abandonasse outros aumentos fiscais previstos e eliminasse o que descreveu como impostos menores. Pedia também que o Governo não introduzisse novos impostos, como o imposto sobre o açúcar e um imposto sobre os plásticos. A CDU/CSU criticou duramente a proposta, afirmando que reverter o aumento do imposto sobre o tabaco seria um sinal prejudicial tanto para a política de saúde como para as finanças públicas.

Os Verdes também criticaram a apresentação tardia das alterações, classificando o procedimento como impróprio. Quanto ao conteúdo, o partido afirmou que um imposto sobre o açúcar poderia gerar menos receita se alcançasse o objetivo de alterar o comportamento dos consumidores. Os Verdes disseram que há muito defendiam o adiamento da introdução do imposto, para aumentar as hipóteses de sucesso, mas opuseram-se ao pacote de alterações no seu conjunto e pediram uma reforma mais ampla e de longo prazo da tributação do álcool.

A Esquerda manifestou preocupações semelhantes quanto ao processo e afirmou que o pacote revisto geraria receita adicional através das despesas dos consumidores, com um impacto especialmente pesado para as famílias com rendimentos baixos e médios. O partido argumentou que, num contexto de inflação e de várias crises, não se deveria pedir às pessoas que suportassem aumentos adicionais de preços.

Para os produtores, importadores e retalhistas de bebidas, as alterações da comissão poderão redefinir a pressão fiscal sobre várias categorias. As bebidas espirituosas destiladas e as bebidas mistas prontas a consumir parecem prestes a enfrentar uma carga fiscal mais elevada a partir de janeiro de 2027, enquanto o espumante evitaria o aumento previsto. Isso poderá afetar os preços de venda a retalho, as margens das empresas e os padrões da procura em alguns segmentos do mercado do álcool, embora a cerveja e o vinho tranquilo continuem fora destes aumentos específicos. O adiamento do imposto sobre o açúcar dá também aos fabricantes de refrigerantes mais tempo para ajustar as receitas, os preços e os sistemas de conformidade antes de 1 de janeiro de 2028.

A aprovação da comissão não concluiu o processo legislativo, mas representou um passo significativo para as disposições fiscais incluídas no projeto de lei do orçamento do Governo para 2027.